



**5º Encontro Internacional de Política Social**  
**12º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"  
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

---

Mesa coordenada Restauração conservadora e questão urbana.

**Movimento popular e lulismo por meio do Programa Minha Casa Minha Vida:  
A reestruturação política da questão urbana**

**Isadora de Andrade Guerreiro<sup>1</sup>**

**Resumo:** A particularidade da atual restauração conservadora passa pela análise das contradições inerentes à forma das relações políticas no último período – no qual o PT esteve à frente do governo federal. Esta forma de gestão do corpo social – chamada de *lulismo* – articula Estado, capital e movimento social numa dinâmica de ações conjuntas que buscam potencialidade na ressonância de interesses surpreendentemente próximos. A produção do urbano, para além de resultado desta formação social, coloca em andamento um modo de reprodução do capital – de predominância financeira e rentista – no qual ganham relevância as conexões políticas das forças sociais. Assim, a produção do urbano pelos movimentos populares de luta por moradia por meio do PMCMV é entendida aqui como síntese de um processo em curso.

**Palavras-chave:** PMCMV; Lulismo; MTST; Pinheirinho; Questão urbana.

**Abstract:** Comprehension of the current conservative restoration particularities includes the analysis of the contradictions inherent in the form of political relations in the last period - in which PT was leading federal government. This form of social management - called *Lulism* - articulates State, capital and social movements in a dynamic of joint actions with surprisingly close interests. Urban production sets in motion a mode of capital reproduction – of financial and rentier predominance – in which the political connections of the social forces gain relevance. Thus, urban production by housing movements through the PMCMV is understood here as a synthesis of an ongoing process.

**Keywords:** PMCMV; Lulism; MTST; Pinheirinho; Urban question.

## **Introdução**

A particularidade do dito *lulismo* no que tange à administração da luta de classes ganha expressão quando se analisam os movimentos populares, para além das articulações entre sindicalismo e Estado – forma básica de sua regulação política. Os movimentos de moradia ganharam grande relevância nesse cenário, principalmente com a intensa urbanização do país, que faz a luta pela terra ter outros contornos para além da reforma agrária. Interessa aqui entender as transformações da luta pela reforma urbana nos últimos 30 anos, que adquiriram outros contornos com o período de gestão petista no governo federal. Tais movimentos têm relação direta com a produção de cidade, que atualmente envolve uma articulação complexa entre capital industrial e portador de juros,

---

<sup>1</sup> Doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). E-mail: <isaguerreiro@uol.com.br>.

com particular participação da renda da terra. Combinado a isso, sua dimensão política é fundamental na forma *lulista*, na medida em que capilariza seu gerenciamento social na fração de classe, por um lado, mais precarizada e, ao mesmo tempo, em ascensão social pelas políticas públicas.

A proposta deste artigo é a de pensar os limites e possibilidades da resistência a esta conjuntura, no campo urbano, analisando a produção de cidade realizada por alguns dos movimentos que ingressaram nesta ceara já no período *lulista*, por meio de casos exemplares e significativos. A materialidade da forma urbana nos traz um ponto de vista privilegiado, pois ela é capaz de articular discurso e prática política, bem como inserir dados qualitativos fundamentais: *como* é a cidade pensada e construída *pelos e para os trabalhadores*, *quais* são suas necessidades e *qual* é a forma de relacionamento subjetivo e coletivo que se defende para além do capitalismo. Dentro deste arcabouço, é possível inserir inúmeras questões que perpassam, de maneira fragmentada, diversos movimentos sociais contemporâneos: a questão de gênero (ao se pensar a estruturação doméstica e a presença da mulher no espaço urbano e na construção civil); as questões geracionais (inserção das crianças, jovens e idosos); o acesso à estrutura urbana (educação, saúde, mobilidade, espaços públicos, lazer); o lugar e a forma da associação coletiva e comunitária na cidade; as relações de propriedade da terra; a crítica às relações de produção capitalistas e a experimentação de sua superação por meio da autogestão; as relações entre sociedade e Estado ao lidar diretamente com a política pública e com a gestão direta de recursos públicos; a tecnologia adequada à cada situação, necessidade de uso e de produção; entre outros.

O espaço urbano, portanto, carrega uma série de elementos fundamentais para se pensar a resistência e a superação da ordem capitalista, principalmente em época de restauração conservadora. Também pelo fato de ele ser fruto e agente direto da reprodução do capital. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), nestes termos, é a melhor expressão das relações entre capital e Estado sob gestão petista no que concerne à questão urbana. No entanto, ao observar a maneira pela qual os movimentos sociais se engajaram na produção de cidade por meio do programa, percebe-se que a crítica à cidade capitalista, bem como a experimentação e produção da cidade dos trabalhadores, não foi exatamente o direcionamento político tomado. Mostraremos essa situação por meio de dois exemplos significativos: o conjunto do Jardim Salete (empreendimentos João Cândido e Chico Mendes), primeiro empreendimento habitacional entregue do

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em Taboão da Serra-SP; e o caso do Pinheirinho, em São José dos Campos-SP.

### **O MTST no Jardim Salete<sup>2</sup>**

O Jardim Salete, do MTST, teve a particularidade de iniciar-se num período anterior ao lançamento do PMCMV, junto à prefeitura municipal de Taboão da Serra (SP), que naquele momento estava sob gestão petista. Por conta deste contexto, o movimento investiu naquele empreendimento (cerca de 1.000 unidades), defendendo sua prioridade a partir da necessidade de obter “vitórias”, num momento interno estratégico de massificação e nacionalização. A CDHU (Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) passou a ser a instituição financiadora e o projeto – desenvolvido pela assessoria técnica Usina-CTAH<sup>3</sup>, ligada tradicionalmente ao movimento de Reforma Urbana e defensora da autogestão – foi criticado pela Companhia por suas características pouco pragmáticas: unidades de tamanho maior do que o padrão<sup>4</sup>, estrutura metálica, térreos livres, tetos verdes, equipamentos (EMEI, EMEF e UBS) e áreas de lazer.

A decisão tática do movimento foi a de aceitar o projeto que a CDHU dizia já estar pronto (levando, no entanto, cerca de 2 anos para ser entregue), levantando duas justificativas principais: a urgência da construção do empreendimento e a aliança estratégica com a CDHU num momento anterior ao PMCMV. Tal projeto, por pressão do movimento, trazia o desenho das unidades habitacionais de tamanho maior do que o padrão, porém descaracterizava completamente a urbanização da gleba, retirando espaços públicos, com grande movimentação de terra e, principalmente, isolando os edifícios em condomínios fechados e sem articulação comum entre eles. Nesse sentido, sua lógica era aquela da economia e maximização do uso da terra, *ainda que o projeto da Usina*

---

<sup>2</sup> Um aprofundamento maior deste caso pode ser encontrado em Guerreiro (2016<sup>a</sup>).

<sup>3</sup> Para mais informação ver sítio <<http://www.usina-ctah.org.br/>>.

<sup>4</sup> A partir da legislação de Bombeiros, o número máximo de andares de edificações sem elevador (térreo mais quatro) contabiliza apenas os andares de acesso aos apartamentos. Com o uso do duplex, conseguia-se um andar a mais, diminuindo também o custo com circulação comum nos edifícios (que fica pela metade e supera em economia o gasto com circulação interna nas unidades habitacionais).

*garantissem mais unidades*<sup>5</sup>. O financiamento foi transferido para o PMCMV, já existente nesse momento.

O movimento retornou à assessoria buscando qualificar o projeto apresentado, que só poderia ter alterações pontuais. A partir deste momento, iniciou-se um processo inusitado: um embate entre a Usina-CTAH e a empreiteira, mediada pelo MTST, no qual – dentro de limites específicos de um processo interno ao PMCMV realizado pelo capital privado –, qualidade e quantidade se enfrentavam de maneira dialética. O MTST fazia estes dois agentes radicalmente opostos *se movimentarem* dentro de um cenário de disputa política pela produtividade da terra combinada com a dinâmica própria à organização da periferia e suas contradições. O sentido de *qualidade urbana* e, portanto, de sua *forma política* se colocava de maneira historicamente nova: sem participação das famílias, o centro das discussões projetuais se dava por meio da correlação mais adequada entre a maximização de unidades habitacionais sem a perda de elementos qualitativos sejam programáticos (escola e creche, comércio, sede do movimento, etc.); sejam espaciais (relacionamento entre edifícios, espaços públicos, formação de unidades de vizinhança, etc.); ou ainda relativos às relações de produção (técnica construtiva, modo de gestão, distribuição de recursos, relações de trabalho, presença e função dos diversos agentes no canteiro, etc.).

O empreendimento completo é constituído de duas partes distintas, denominadas João Cândido e Chico Mendes. A primeira, já entregue, foi realizada como “Empreitada Global”<sup>6</sup>, pela Construtora Engecon, numa nova técnica construtiva que envolve tecnologia externa: fôrmas da unidade habitacional completa, preenchidas com Concreto Alto Adensável (CAA). Essa tecnologia foi largamente aplicada no México no programa habitacional que serviu de modelo para o PMCMV. Ela sintetiza uma nova fase de subsunção do trabalho ao capital em países periféricos, na medida em que reorganiza o canteiro de obras (o “chão de fábrica” da construção civil): numa tentativa de

---

<sup>5</sup> Tais unidades – embora maiores do que o padrão da CDHU e do PMCMV – foram de tal forma mal desenhadas que não atendiam a legislação urbanística da área (não alcançando a densidade requerida), além de resultarem em 808 unidades habitacionais, contra 920 do projeto original da Usina.

<sup>6</sup> Nessa modalidade do PMCMV Entidades, a entidade (o MTST, no caso) recebe os recursos que são repassados para uma empreiteira realizar a totalidade da obra. Esta empreiteira é contratada, portanto, pela entidade e não precisa passar pelas certificações necessárias na Caixa Econômica Federal (CEF). Embora seja um regime denominado oficialmente de “autogestão”, apenas há repasse da entidade para a construtora que, na prática, é quem gere os recursos. Tal prática tem sido chamada pela União Nacional de Moradia Popular (UNMP), contrária a ela, de “barriga de aluguel”, onde o movimento popular vira intermediário e não gestor efetivo do processo.

aproximação do processo industrial <sup>7</sup>, a padronização e extremo controle dos procedimentos são baseados na simplificação e homogeneidade do processo de trabalho, que transfere o poder sobre o processo produtivo do trabalhador para o capital. Trata-se de um movimento de ampliação da subsunção real do trabalho ao capital, na qual a mais-valia relativa ganha maior relevância do que no período anterior. No caso do conjunto João Cândido, tal técnica, na maioria das vezes vinculada a unidades habitacionais horizontais (casas isoladas), estava sendo testada em edifícios em altura. Apenas deste ponto de vista é possível concatenar os interesses entre empreiteira e movimento no embate entre qualidade e quantidade: numa perspectiva do que Baravelli (BARAVELLI: 2014) captou como “laboratório da baixa renda”, o PMCMV, na sua Faixa 1, apenas interessa como forma de testar novas tecnologias sem risco para o capital<sup>8</sup>.

A obra teve uma série de processos representativos da relação entre construtora, movimento e Estado no âmbito do programa. A falta de diálogo e acompanhamento das famílias, expressão dos interesses materializados nas relações destes agentes, fez com que alterações de projeto do conjunto João Cândido fossem feitas já com a obra em andamento e sem consultoria ao próprio movimento. Se algumas destas alterações não influenciavam sobremaneira na qualidade do projeto, outras modificavam de maneira estrutural principalmente o conjunto Chico Mendes (em fase de projeto).

Ali, o interesse conjunto do MTST e da construtora em aumentar o número de unidades fez com que se retirasse uma escola para a implantação de mais um prédio habitacional, com a promessa do governo do Estado de construção de outra escola nas proximidades. Além disso, o projeto urbano estava em disputa: enquanto a Usina entendia o conjunto como um pedaço de cidade articulado por uma via pública animada de comércio, lazer e serviços públicos, a construtora partia do pressuposto de uso das vias existentes e desdobro do terreno, o que isolava os edifícios e retirava seu caráter urbano. A solução final de projeto traz a marca desta disputa ao mesclar elementos das duas

---

<sup>7</sup> A construção civil nos países dependentes da América Latina tem uma dinâmica própria, na qual o baixo custo da mão de obra impede a industrialização do processo produtivo, permanecendo em fase manufatureira. Esta análise, do início da década de 1970, realizada por Sérgio Ferro (FERRO, 2006), começa somente agora a ser atualizada na medida em que novos elementos são inseridos na dinâmica econômica pela predominância do capital financeiro. Para maior aprofundamento, ver Guerreiro (2010; 2017).

<sup>8</sup> A Faixa 1 do PMCMV 2 compreende beneficiários que contam com renda mensal familiar de até R\$1.600. Seus recursos, diferente das Faixas 2 e 3 (oriunda do FGTS), são do OGU depositados em dois fundos: FAR (Construtoras) e FDS (Entidades). Nessa faixa, os recursos são repassados de maneira fixa (sem aditamento) em relação ao número de unidades. Se, por um lado, o construtor não tem ganhos rentistas (sua principal remuneração na dinâmica imobiliária), por outro não tem riscos pois as unidades não passam por comercialização. Para maior aprofundamento ver Guerreiro (2015; 2017).

vertentes. Nesta aparente discussão arquitetônica, é necessário captar que a forma final é uma síntese das contradições das relações políticas historicamente determinadas de uma conjuntura na qual as forças sociais – Estado, movimento popular e capital – encontram-se entrelaçadas numa perspectiva de desenvolvimento conjunto.

### **Pinheirinho: caso exemplar<sup>9</sup>**

O Pinheirinho, em São José dos Campos – SP (SJC), foi uma ocupação que por oito anos manteve situação estável, consolidando um bairro de cerca de 1.800 famílias em localização privilegiada. O imenso terreno, nunca utilizado por ser lastro de empréstimos bancários, era de propriedade de Naji Nahas, empresário preso na operação Sathigrapha da PF por, entre outros, operação de instituições financeiras sem autorização legal e uso de informação privilegiada para atuar no mercado financeiro. A organização da ocupação era conduzida por uma original estrutura que envolvia partido, sindicato e movimento popular (PSTU, Sindicato dos Metalúrgicos de SJC, ligado à CSP-Conlutas, e Movimento Urbano Sem Teto - MUST), resultando num espaço urbano generoso e ordenado, com lotes de 250m<sup>2</sup> e áreas comuns como parquinhos, biblioteca, cozinha coletiva e galpão de assembleias. Para as negociações, foi formado um grupo de trabalho também original, na época, que envolvia as três esferas de governo numa perspectiva de regularização da área.

Porém, em janeiro de 2012, de maneira abrupta e unilateral, as forças locais da cidade conseguem perpetrar uma ação de reintegração de posse, que é barrada pelo Superior Tribunal de Justiça. No entanto, logo em seguida ela é ilegalmente cumprida, resultando em violenta reintegração de terra urbana, que ficou como marco na luta por moradia pelas suas proporções e pela resistência da população. Há afastamento das autoridades militares envolvidas e uma denúncia do país na Organização dos Estados Americanos (OEA) por conta do caso.

As forças sociais que organizaram a população ao longo do período de consolidação permaneceram atuantes depois da reintegração de posse. Eram realizadas mensalmente assembleias, que reuniam as famílias agora dispersas na cidade, vivendo de maneira bastante precária por conta da insuficiência da Bolsa Aluguel paga. No entanto, as negociações para a solução do conflito não andavam por conta da intransigência do

---

<sup>9</sup> Este estudo de caso foi mais aprofundado em Guerreiro (2016b).

poder municipal (Prefeito Eduardo Cury, do PSDB). Foi só em 2013, com a gestão municipal assumida pelo PT (Carlinhos de Almeida), que o grupo de trabalho inter-governamental (GT) voltou a se reunir de maneira sistemática, direcionando a resolução do caso para a construção de casas pelo PMCMV.

A Assessoria Técnica Usina-CTAH foi chamada pelas lideranças para acompanhar o caso, já que o programa federal parte do pressuposto da relação técnica com as comunidades organizadas. No entanto, a Usina tem um histórico no qual o elemento técnico não se separa do político: dentro da tradição de luta pela autogestão na construção da moradia popular, a assessoria buscava, nas negociações, um lugar entre a solução estritamente técnica preconizada pelos agentes públicos e o fortalecimento político das famílias do Pinheirinho. Isso foi se mostrando cada vez mais difícil na medida em que, por um lado, o programa impedia o projeto participativo<sup>10</sup> e, por outro, tais lideranças mantinham certo domínio sobre a base que fazia não ser possível o acesso da assessoria à mesma.

Esta conjuntura se constituía desta maneira pois o centro das reuniões do GT e, portanto, dos interesses dos agentes ali constituídos (incluído o movimento) estava voltado para a compra de terra e não para a organização da população e seu envolvimento com o projeto. Este fato era confirmado pela presença no GT de uma agente novo na política habitacional: o corretor imobiliário, contratado pelo movimento para a sondagem de terras. A luta pelo terreno original foi descartada, ainda que esta fosse a indicação técnica da Usina, dado que o valor do metro quadrado dele era compatível, embora tivesse que ser desmembrado, o que envolveria a negociação com seu polêmico proprietário. Desta maneira, o GT passou o ano de 2013 negociando áreas na cidade<sup>11</sup> e a Usina, por seu lado, buscando qualificar esta discussão junto ao movimento no que tange à localização urbana e qualidade de projeto possível em cada área.

Inicialmente, a perspectiva era a de fazer projetos menores, dividindo as 1.800 famílias em dois ou três terrenos inseridos na malha urbana, ainda que periférica.

---

<sup>10</sup> O PMCMV tem uma lógica na qual o projeto vem antes da compra do terreno, fazendo com que qualquer investimento maior na organização da comunidade para projetar tenha que ser sustentado por ela mesma (sob seu risco). A modalidade de “Compra Antecipada” no PMCMV Entidades, conquistada pelos movimentos de moradia, veio para reformular esta lógica, porém apenas uma porcentagem dos contratos poderia ser nesta modalidade. No caso do Pinheirinho, ainda outros problemas impediam esta solução, principalmente a resistência, primeiramente da Caixa Econômica Federal (CEF) e, depois, do próprio movimento, em executar a obra através do PMCMV Entidades.

<sup>11</sup> A presença constante do corretor imobiliário nas reuniões do GT fazia com que estivessem presentes (virtualmente) ao mesmo tempo compradores e vendedores, o que tornava o preço das áreas algo bastante flexível e impraticável.

Politicamente, essa alternativa se justificava pela capilarização da atuação do movimento na cidade, com bons projetos de integração urbana que rearticulariam o tecido social e físico, dando continuidade à luta por qualidade de moradia, urbanização e localização dos pobres na cidade. Fato desconcertante é que, à medida que as negociações avançavam, os terrenos que eram apresentados eram mais periféricos, maiores e *tinham o seu custo por família mais alto*. Ao mesmo tempo, os projetos que a Usina apresentava para os diversos terrenos, com caráter de estudo de viabilidade das áreas, eram extremamente criticados pela CEF justamente por terem uma qualidade da unidade habitacional (63m<sup>2</sup>, ao invés dos 37m<sup>2</sup> preconizados pelo PMCMV) e da urbanização (que considerava a necessidade das famílias de ter uma área de manipulação de recicláveis, além de lazer e equipamentos) infactíveis para o padrão de mercado que as construtoras trabalham. Tal solução só seria possível com a autogestão da obra, forma descartada pelo movimento. A escolha técnica – fica claro aqui – não está afastada das decisões políticas.

A solução final, dada esta conjuntura, não causa estranhamento. O terreno escolhido foi o mais isolado de todos, com a quota por família mais alta (inclusive do que permitia o programa). A opção do movimento foi pelo PMCMV-FAR<sup>12</sup>, no qual a construtora é contratada diretamente pela CEF e, portanto, não há autonomia da comunidade frente ao projeto ou à obra. Assim, foi feito um projeto padrão das unidades habitacionais, sem áreas comuns, que foram entregues no final de 2016, praticamente 5 anos após a reintegração de posse. No dia da inauguração, a escola prometida na região (e necessária, dado o montante de crianças que passaria a morar ali, longe de qualquer malha urbana) ainda não tinha começado a ser construída.

Tal solução foi também fruto da atuação do movimento popular que, de maneira bastante pragmática, colocava como meta política a dimensão quantitativa e abstrata da entrega de casas. A dimensão quantitativa, justamente, demonstra bastante do processo contraditório instaurado pelo encontro do PMCMV com situações de crise urbana como a do Pinheirinho: o terreno, localizado à cerca de 17 Km do centro da cidade, sem malha urbana próxima, custou R\$ 35 milhões; o custo da Bolsa Aluguel foi de cerca de R\$ 50 milhões; apenas o processo de reintegração de posse, R\$ 10 milhões; a soma de dívidas de impostos do terreno original, R\$ 20 milhões; custo da obra, R\$ 140 milhões; Total investido: R\$ 255 milhões (cerca de R\$ 140 mil por família). É um valor altíssimo para

---

<sup>12</sup> Fundo de Arrendamento Residencial, constituído por recursos do Orçamento Geral da União (OGU), que financia construtoras na Faixa 1 do PMCMV. Para maiores informações ver GUERREIRO (2015).

um resultado duvidoso, principalmente se for acrescido o fato de que o investimento das famílias no terreno do Pinheirinho ao longo de oito anos foi destruído, o terreno continua sem uso numa área bem localizada e o aluguel de toda a periferia de São José dos Campos sofreu aumento por conta da Bolsa Aluguel. Sempre lembrando que o problema de moradia dessas famílias, no terreno do Pinheirinho, já estava resolvido.

### **Resistência ou amoldamento?**

A partir dos dois casos aqui resumidos, retornamos ao questionamento sobre as possibilidades de resistência à restauração conservadora. O ponto sensível que levantamos é o de que não se trata da dualidade entre um período conservador e outro “progressista”, mas de uma continuidade histórica na qual um período gera o outro, se relacionando dialeticamente. Nesse sentido, queremos chamar a atenção para a *forma política* que se delineou no período *lulista*, pois é dela que estamos falando ao aventar possíveis resistências. No outro lado da questão, é necessário esclarecer o objeto da resistência: qual é o caráter do dito conservadorismo que teria sido “instaurado” após o *impeachment* de Dilma Rousseff?

Ao analisar a questão urbana e, mais precisamente, a *produção do urbano*, podemos levantar alguns elementos para este debate. Considerando análises anteriores (GUERREIRO, 2015; 2016; 2017) e complementares<sup>13</sup>, fica bastante claro o caráter específico que cumpre o PMCMV nos nexos entre esta produção e a crescente predominância da esfera financeira e rentista na economia do país. Neste artigo nos parece importante analisar a relação entre os movimentos populares e esta conjuntura, ao levantar dois casos importantes: no caso do Jardim Salete, a materialidade positivada da luta do movimento que mais cresceu neste período (o MTST) e, no caso do Pinheirinho, o encaminhamento negociado de um dos maiores e mais violentos enfrentamentos urbanos dos sem-teto contra o capital<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Neste mesmo Encontro Nacional de Política Social, nos artigos de Gustavo Mello e Cássio Boechat.

<sup>14</sup> O caso do Pinheirinho é exemplar para todas as forças sociais envolvidas, além de origem de toda uma nova forma de se lidar politicamente com o também novo fenômeno urbano das gigantes ocupações de terra – seja o Estado, o capital ou o movimento popular. Para maiores detalhes, ver Guerreiro (2016b). Atualmente, os dois grandes conflitos fundiários urbanos do país – as ocupações da região do Izidora, em Belo Horizonte-MG (cerca de 8mil famílias), e a Vila Soma, em Sumaré-SP (cerca de 2.500 famílias) – utilizam (com sucesso, dadas as decisões favoráveis e inéditas do STJ e STF) o contraexemplo do Pinheirinho para evitar a reintegração de posse das áreas seguida da solução do PMCMV em outros terrenos.

Primeiramente, os dois casos se iniciam com ocupações de terra, indicando a especificidade da crise urbana atual: alta dos aluguéis com permanência de grandes vazios urbanos bem localizados. Esta crise, por si só, já indica a falência da luta institucional e jurídica encampada pelo movimento pela Reforma Urbana e materializada no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS, Lei nº 11.124, de 16 de Junho de 2005). Assim, trata-se, nos dois casos, de situações oriundas de uma crise diversa daquela das décadas de 1980 e 1990, na qual se combinava retração da economia com instabilidade política fruto da redemocratização e falta de políticas públicas nacionais para as cidades (em particular a habitação). Nestes dois casos analisados, a situação é inversa: acontecem em momento de expansão da economia nacional, com grande intervenção estatal, além de aparato executivo, legislativo e judiciário para lidar com as cidades. A crise, portanto, articula de maneira diversa os trabalhadores e o capital, bem como a atuação estatal.

É neste sentido que devemos diferenciar historicamente a demanda política do movimento popular que nasce das condições específicas de crise nos dois momentos históricos: a falta de moradia tem significados políticos diversos, resultando em *formas políticas sintetizadas na materialidade urbana* também diversas. No início da redemocratização, a falta de moradia compunha a demanda popular por participação política, pois, segundo o entendimento da época, apenas com a administração direta do fundo público seria possível fazer habitação para a população mais pobre, completamente alijada de qualquer financiamento ou política pública. A *forma política* que essa demanda assumiu foi a defesa da autogestão com recursos públicos, materializando uma *forma urbana* dissensual, pois originada na impossibilidade de incorporação daquela demanda no campo da ordem.

Essa impossibilidade gerava um campo político de disputa no qual a moradia só se materializaria com o investimento direto das famílias: sua capacidade de organização, planejamento, gestão, materialização dos desejos e necessidades através de um projeto próprio, unidade de ação, invenção e reestruturação das relações de produção, incorporação de técnicas voltadas às necessidades conjuntas do trabalhador, morador e financiador, etc.. Ou seja, a *forma urbana* criada sintetizava (no sentido de que requeria, condensava e expressava) todo um processo de construção não apenas da moradia, mas de um sujeito político que acessava o Estado por meio da sua autonomia. A participação, aí, carregava o sentido forte do termo, pois requeria alteridade: um sujeito autônomo, ao

participar, *modifica* a estrutura no qual se insere. Caso contrário, se dissolve ou é engolido por ela.

Desta perspectiva, como analisar a articulação entre *forma urbana* e *forma política* na atualidade a partir dos dois casos apresentados? Retomando o mesmo método, qual é a demanda política exposta por eles nesta outra conjuntura, ou, ainda, de que maneira a luta por moradia compõe, para eles, determinado enfrentamento político maior? De saída a questão já se coloca de outra maneira: a luta por moradia, particularmente dos mais pobres, não está revestida da impossibilidade sistêmica, muito pelo contrário, está institucionalizada, inclusive dando lugar à “autogestão” (se é que é possível falar em autogestão institucionalizada, uma contradição em termos). No entanto, ainda que exista como possibilidade, não existe enquanto realidade, pois é barrada pelo acesso à terra no momento em que esta só pode entrar na política pública por meio do mercado (mais uma contradição em termos). Assim, trata-se de uma luta (onde se encontra o enfrentamento) pelo acesso à terra, e não à moradia, o que coloca um elemento fundamental: o distanciamento da produção do urbano enquanto obra coletiva.

A pauta política, assim modificada, desloca os sentidos da construção do sujeito político, pois ela cessa ali mesmo onde antes começava. A conquista da terra nestes termos conforma o acesso a uma mercadoria, não a apropriação de um meio de produção (que permanece nas mãos do capital imobiliário por meio do PMCMV). Retomando Marx na conceituação do *fetichismo da mercadoria*<sup>15</sup>, percebemos que a formação deste sujeito, ao se realizar numa luta de classes historicamente determinada pela luta pela propriedade, conforma-se ele mesmo *como mercadoria*. No caso, trata-se da conformação do trabalhador como elemento do capital (mercadoria força de trabalho, capital variável), e não como sujeito autônomo na sua relação subjetiva e objetiva com a materialidade.

A demanda por terra, no entanto, não deixa de ser um enfrentamento político num contexto em que se transforma em mercadoria um bem necessário para a sobrevivência mais básica. Trata-se, aqui, no entanto, de responder à seguinte questão: que conjuntura histórica é essa na qual a luta pela mercadoria se sobrepõe, efetivamente, para os trabalhadores (e não apenas para as suas lideranças), à luta pelos meios de

---

<sup>15</sup> “A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos do trabalho, a medida do dispêndio de força do trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a *forma de uma relação social entre os produtos de trabalho*” (MARX: 1983 [1867], 71. Grifos acrescidos).

produção? Que descarta a possibilidade de construção coletiva de outras relações de produção, que se exime da proposição de outras relações sociais, sintetizadas no projeto e construção de outra cidade?

Nesse ponto retomamos as contradições do último período democrático internamente à luta de classes. Muito se falou da institucionalização e cooptação dos movimentos sociais, populares inclusos. A hipótese aqui levantada é outra. Parece haver camadas de contradições diversas. Primeiro, há um vício de origem naqueles movimentos populares por moradia vinculados à pauta da Reforma Urbana do início da redemocratização: a defesa da autogestão como elemento de construção e manutenção de determinado Estado democrático de direito, definido pela participação popular. Deste ponto de vista, não se trata de “institucionalização” ou “cooptação”, mas da efetivação possível de um programa político na sua origem forjado internamente às formas do capital, nas quais a consolidação do sujeito político “cidadão” é interna à formação do sujeito como mercadoria (universalizável, quantificável, intercambiável, etc.)<sup>16</sup>. Enquanto tal programa não era efetivado, a autogestão permanecia como elemento político dissensual, aberto à experimentação pois fora da ordem estabelecida – eram os “não cidadãos” aqueles que a faziam, e só a faziam pois era a alternativa possível para sua existência, que só poderia se dar politicamente.

O Estado democrático de direito se consolida no país – sem incoerência, por estar dentro da forma burguesa – de maneira estreita e vinculada à predominância do capital fictício na economia mundial. No entanto, carrega a especificidade do capitalismo dependente latinoamericano<sup>17</sup>, no qual tal vinculação se dá por meio da intensificação da exploração da força de trabalho. É este cenário no qual se insere, de maneira ressonante, o *lulismo* enquanto *forma política*. Para além das transformações técnicas internas ao Estado, dos instrumentos financeiros criados e das políticas públicas de acesso ao direito via mercado (como o PMCMV), o *lulismo* necessita criar um sujeito político que o sustente: o trabalhador que não se entende como trabalhador, mas como proprietário, empresa de si mesmo – é a autoexploração velada pela forma fictícia do capital, na qual apenas aparece o rendimento de propriedade, e não o trabalho.

É neste sentido que se sucedem historicamente o sujeito político formado na exclusão, depois na cidadania e em seguida na mística do proprietário que consome. Esta

---

<sup>16</sup> C.f. Pachukanis (2017 [1927]).

<sup>17</sup> C.f. Marini (1990 [1973]).

mistificação não é uma falsidade: ela funciona na materialidade, velando a condição histórica do trabalhador. Faz sentido, agora, a ressonância social das lutas populares que dialeticamente dão voz e constroem este sujeito político (apresentadas aqui de maneira expressiva nos dois estudos de caso), como parte da capilarização necessária da forma política *lulista*. As camadas de contradição se dão na medida em que, atualmente, os movimentos ligados à redemocratização defendem uma *mitificação* da autogestão, deslocada e institucionalizada, tendo como contraparte os movimentos que investem – com sucesso – na *mistificação* deste trabalhador-proprietário, para o qual não faz o menor sentido a luta pelos meios de produção ou pela transformação das relações de trabalho – já que ele tem uma relação truncada com o próprio trabalho, definida historicamente pelo avanço da sua subsunção real ao capital.

Nesse cenário, o PMCMV – como instrumento técnico do Estado – instala uma lógica na qual a produção da cidade que cabe aos trabalhadores é delimitada por uma articulação específica entre Estado, capital e as *organizações populares*, consolidando determinado sujeito político que sustenta a *forma política lulista*. Podemos caracterizar tal lógica – ou “padrão de amoldamento” – por alguns elementos que a constituem:

1. A desarticulação da luta pela localização urbana ao descartar a desapropriação e urbanização de ocupações;
2. O aquecimento da renda imobiliária, que articula demanda segura com a construção e inserção de novas terras no mercado, dando fluxo de demanda constante para o mercado também político ao aumentar os aluguéis e a relevância material e política da generalização do Bolsa Aluguel<sup>18</sup>;
3. A necessária articulação do movimento popular com o mercado imobiliário (construtoras, empreiteiras, proprietários de terra, corretores, cartórios, etc.), fazendo com que seus interesses na construção da cidade se aproximem: incentivo à verticalização, adensamento, racionalização da construção de maneira oposta às necessidades do trabalhador, pragmatismo e diminuição dos espaços públicos ou comunitários;
4. A falta de interesse dos movimentos populares nas decisões projetuais, na organização da base e nos modos e relações de produção, incentivando o

---

<sup>18</sup> Apenas na cidade de São Paulo, a lei orçamentária da Secretaria de Habitação para o ano de 2017 indica a meta de gastos de R\$76,8 milhões para a construção de novas unidades habitacionais, regularização e urbanização, contra R\$103 milhões para o Aluguel Social. Disponível em: <<http://www.habitasampa.inf.br/conselho-municipal-de-habitacao/apresentacoes/>>. Acesso em: 2 maio 2017.

avanço da subsunção real do trabalho ao capital e reproduzindo as relações capitalistas na produção, na distribuição e no uso da cidade;

5. A judicialização e institucionalização da política ao se consolidar as mesas de negociação instrumentalizadas pelo PMCMV como solução única;
6. A necessidade de profissionalização técnica dos movimentos populares, que instaura certo grau de terceirização das suas ações políticas e dependência de uma rede de agentes externos alinhados ou não politicamente;
7. A consolidação de determinada relação entre base e lideranças cada vez mais cindida, por conta da estrutura da luta de reivindicação de propriedade, profissionalização e refuncionalização da liderança como mediadora com o Estado (em seus três poderes), inserindo uma nova força social *dentro* do movimento popular (de maneira, portanto, diversa do que ocorria na década de 1980): o jovem universitário de classe média (no papel de liderança, não de técnico, o qual passa a se submeter a uma relação de terceirização).

Ao se pensar, neste momento, em “novas resistências”, é necessário ter em mente este cenário de forças políticas caracterizado por profundas contradições: a formação do sujeito político como amoldamento à determinada lógica de funcionamento da forma mercadoria atualmente, que passa pelo compartilhamento de interesses com o capital na construção da cidade; o distanciamento das formas de coletivização do trabalho como fruto do avanço da subsunção deste ao capital combinado com seu apagamento social na esteira da predominância do capital fictício na economia global; a refuncionalização das lideranças num papel de mediadoras do povo com as políticas públicas; o julgamento moral e legal da política, institucionalizando e midiaticando a luta de classes sem amparo e transformações na base. Este cenário das condições políticas das forças de resistência e transformação social é herança de determinada forma política consolidada no Projeto Democrático Popular e executada pelo *lulismo* e particularmente instrumentalizada pelo PMCMV, que não atuam somente nas ações dos movimentos ligados historicamente a esta tradição, mas de todo o espectro social das organizações populares.

## Referências

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: CosacNaify, 2006.

BARAVELLI, J. E. **Trabalho e tecnologia no Programa MCMV**. Tese (Doutorado)-FAU-USP, São Paulo, 2014.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. **Arquitetura-capital: a funcionalidade dos edifícios corporativos paulistas**. Dissertação (Mestrado)- FAU-USP, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. Sobre a forma do programa minha casa minha vida: o projeto de desenvolvimento contraditório do PT. In: ENANPUR, 16.; 2015. **Anais...** ST2: Estado, Planejamento e Política, 2015.

\_\_\_\_\_. O MTST e o PMCMV: o “poder popular” próprio ao lulismo. Revista Dialektiké, v.1, p. 52-78, 2016a.

\_\_\_\_\_. Movimento popular e Lulismo através do PMCMV: política de massas e produção urbana como administração da luta de classes. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA: O CAPITALISMO E SUAS CRISES, 2.; 2016. **Anais...** 2016b.

\_\_\_\_\_. A produção do espaço urbano pelo Lulismo: contradições específicas da dependência. In: ENANPUR, 17.; 2017. **Anais...** 2017. (no prelo).

PACHUKANIS, E. B. **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo e Ensaios Escolhidos 1921-1929**. Coordenação Marcus Orione, Tradução Lucas Simone. São Paulo: Sundermann, 2017.

MARINI, R. M. **Dialectica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1990 [1973].

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril, Volume I, 1983 [1867]. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.